



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **0008504-92.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Perdas e Danos**
 Requerente: **Companhia de Bebidas Ipiranga**
 Requerido: **Fernando Henrique Melo Rube**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

COMPANHIA DE BEBIDAS IPIRANGA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Comum em face de Fernando Henrique Melo Rube, também qualificado, alegando cedido em comodato à ré uma *Exibidora Vertical Metalfrio VB30R Led, EC GERPO31462 PT 41736*, negócio denunciado pela notificação de 12/14 de outubro de 2012 que concedeu ao réu o prazo para devolução, não observado, de modo que postula sua reintegração na posse da *res*.

A reintegração de posse foi liminarmente deferida à autora, porém não pode ser cumprida pois o bem dado em comodato teria sido furtado, estando em local incerto. A ação foi extinta sem resolução do mérito no que tange à reintegração.

O réu foi citado quanto ao prosseguimento da ação em relação ao pedido de perdas e danos, mas não ofereceu resposta, tornando-se revel.

É o relatório.

DECIDO.

O feito comporta julgamento antecipado, conforme permite o artigo 355, inciso II do Código de Processo Civil, sendo de rigor a aplicação dos efeitos da revelia conforme art. 344 do CPC, uma vez que os direitos em discussão são patrimoniais.

Como se lê na notificação de fls. 12, o réu foi cientificado da intenção da autora em rescindir o comodato, com determinação de restituição do bem em 24 horas, o que não foi observado, gerando situação de esbulho em prejuízo da posse da autora.

A rescisão do contrato, mediante notificação e concessão do prazo de 24 horas para restituição do bem, consta expressamente da *cláusula IV.1.* do contrato de fls. 16.

Logo, havendo amparo contratual e legal, e tendo a ré permitido a presunção da veracidade dos fatos narrados na inicial, à vista da falta de resposta (*cf. art. 344, Código de Processo Civil*), de rigor é o acolhimento do pedido de perdas e danos, devendo o réu indenizar a autora no valor de R\$ 1.690,29, atualizado, valor correspondente ao bem perdido, conforme nota fiscal de fls. 16.

Além do mais, nos termos da *cláusula IV.2* do instrumento contratual, deixando o réu de restituir o bem emprestado no prazo assinalado na notificação, devido o pagamento de alugueres pelo valor diário de R\$ 100,00 até a data da efetiva reintegração, que nos caso dos autos não ocorreu.

Considerando que a parte ré foi notificada extrajudicialmente da denúncia



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

do contrato pela comodante, conforme consta da inicial, em 01/11/2012, para devolver o bem no prazo de 24 horas e, como se manteve inerte, a partir desta data está configurado o esbulho, sendo, portanto, devidos os alugueres estipulados na cláusula penal do instrumento contratual (*cláusula IV.2 – fls. 16*) até a data em que réu foi citado para reintegrar a posse do bem, ou seja, até 29/11/2016.

Contudo, o valor dos alugueres fica limitado ao valor atualizado do equipamento constante da nota fiscal (fls. 15), pois acima deste valor o montante da penalidade se apresenta manifestamente excessivo.

A jurisprudência do E.TJSP é no mesmo sentido: "**BEM MÓVEL AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE CUMULADA COM PERDAS E DANOS - COMODATO SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA AFASTAMENTO DAS PERDAS E DANOS PREVISÃO CONTRATUAL ART. 582 DO CC QUANTIA ABUSIVA RECONHECIMENTO LIMITAÇÃO AO PREÇO DOS BENS - APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. I- Convencionado o valor das perdas e danos na hipótese de mora na restituição dos bens dados em comodato, pertinente a pretensão da autora na condenação da ré ao pagamento de perdas e danos; II- Não pode prevalecer o valor convencionado, posto que se mostra abusivo, devendo se limitar ao preço da coisa.**" (cf. Ap 0009059-81.2012.8.26.0037 – TJSP - 21/05/2013).

Como também: "*Possessória. Reintegração de posse, cumulada com indenização por perdas e danos. Comodatos de bens móveis. Inércia da comodataria em entregar os bens após as competentes notificações extrajudiciais. Pretensão ao arbitramento de aluguel após o prazo das referidas notificações, até a data da reintegração liminar da comodante. Cabimento. Previsão contratual expressa. Redução, todavia, da quantia estabelecida nos contratos de comodato, por se afigurar excessiva. Inteligência do parágrafo único do artigo 575 e artigo 582, ambos do Código Civil, bem ainda do Enunciado 180 do CEJ. Sucumbência. Ação de reintegração de posse, cumulada com indenização por perdas e danos. Custas, despesas processuais e honorários de advogado. Condenação da ré vencida ao pagamento de tais verbas. Cabimento. Revelia que não influi na condenação pretendida. Aplicação dos princípios da sucumbência e causalidade. Fixação da verba honorária de acordo com o §4º do artigo 20 do Código de Processo Civil. Apelação provida.*" (cf. Ap 0034224-75.2011.8.26.0196 – TJSP - 17/03/2015).

Por fim, nos termos da *cláusula VI* do instrumento contratual, também devida a multa de 20% do valor do bem comodatado.

O réu sucumbe e deverá, assim, arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Isto posto JULGO PROCEDENTE a presente ação, em consequência do que CONDENO o(a) réu Fernando Henrique Melo Rube a pagar a(o) autor(a) COMPANHIA DE BEBIDAS IPIRANGA a importância de R\$ 1.690,29 (*um mil seiscentos e noventa reais e vinte e nove centavos*), acrescida de correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data dos documentos que instruem a inicial, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, a título de indenização pela perda do bem dado em comodato; CONDENO o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 1.690,29 (*um mil seiscentos e noventa reais e vinte e nove centavos*), acrescida de correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data dos documentos que instruem a inicial, como ainda juros



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação a título de multa contratual prevista na cláusula *cláusula IV.2*, acrescida de 20%, conforme previsto na *cláusula VI* e CONDENO o réu ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Publique-se Intimem-se.

São Carlos, 27 de novembro de 2017.

Vilson Palaro Júnior

Juiz de direito.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA